

Freire quer revolucionar o Orçamento

O líder do Governo na Câmara, Roberto Freire (PPS-PE), vai sacudir a tradição do Congresso esta semana. Freire enviou ontem ao relator-geral da Comissão Mista de Orçamento, senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) a proposta de expurgar do Orçamento da União para 1993 todas as dotações destinadas a custear o que for atribuição típica dos estados e municípios. São justamente essas ações que deputados e senadores tiram de seus governadores e prefeitos através de milhares de emendas a proposta orçamentária do Governo Federal. Remanejam os recursos do projeto original, numa tentativa de agradar às bases eleitorais e garantir a reeleição.

"Não há mais espaço para a União assumir certos encargos, como construção de matadouros municipais, quadras poliesportivas em escolas não-federais, abrigos em pontos de ônibus, implantação de iluminação pública urbana e de eletrificação rural", argumentou o líder ao senador. Roberto Freire reconhece que essas demandas são legítimas, mas que os recursos "criticamente escassos" da União devem ser empregados em ações de âmbito supra-regional, que possam resultar na retomada do crescimento econômico: "O básico é definir o que e

atribuição do Governo Federal", opina Freire.

Dificuldades — No documento de quatro páginas enviado ao relator-geral da Comissão de Orçamento, o líder governista salientou as enormes dificuldades que aguardam o presidente Itamar Franco devido à crise social, ao desemprego e à recessão. Segundo o líder, o presidente foi "instado" a assumir a responsabilidade por uma proposta orçamentária que já havia sido encaminhada ao Congresso, sem tempo para uma revisão. Por isto mesmo, pede a ajuda do senador Mansueto para aprimorar as práticas orçamentárias; inclusive no âmbito do Poder Legislativo, assim como a forma das relações institucionais entre o Executivo e o Congresso.

Freire propõe que também sejam expurgadas as dotações que constituam o que se conhece por "janela orçamentária". Muitas das "janelas" são abertas através da rubrica Erros e Omissões, em que recursos são alocados para serem usados a critério exclusivo do administrador, como a desculpa do subfaturamento dos cálculos. Além disso, o líder quer mudanças no critério de exame das emendas. A sugestão é para que se analise não só o número e o peso político das assinaturas em apoio às emendas, mas a essencialidade da ação proposta. Por isso mesmo, Freire aplaude a iniciativa de Mansueto no sentido de priorizar as emendas coletivas — apresentadas por bancadas estaduais ou por um conjunto de parlamentares da mesma região, fugindo aos interesses meramente individuais.